

A Crise Estrutural e Recuperação Cíclica do Capitalismo Global

Francisco Luiz Corsi

Como citar: CORSI, F. L. A Crise Estrutural e Recuperação Cíclica do Capitalismo Global. *In* : SALA, J. B.; GASPAROTO, A. L. (org.). **Relações internacionais: polaridades e novos/velhos temas emergentes.** Marília: Oficina Universitária, 2010. p.55-70. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-60810-21-5.p55-70>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A CRISE ESTRUTURAL E RECUPERAÇÃO CÍCLICA DO CAPITALISMO GLOBAL¹

*Francisco Luiz Corsi*²

INTRODUÇÃO

A crise estrutural do capitalismo global aberta a partir do estouro da bolha de títulos imobiliários nos Estados Unidos (EUA) em agosto de 2007, e que ganharia contornos mais dramáticos no segundo semestre do ano seguinte com a falência do banco norte-americano Lehman Brothers, parecia, naquele momento, avassaladora. Em pouco tempo, tinha contaminado todo o sistema financeiro mundial, com conseqüências deletérias para a produção e o emprego em quase todas as regiões do planeta, embora seu impacto tenha sido bastante diferenciado. A crise parecia mais grave em virtude de seu epicentro localizar-se no próprio núcleo duro do sistema. EUA, Japão e a zona do euro sofreram forte contração econômica, enquanto em algumas regiões da periferia sofreram relativamente menos. O novo pólo de crescimento da economia mundial, o Sudeste Asiático, em especial a China, apresentou apenas uma desaceleração de seu crescimento.

A crise realmente é severa, especialmente para os países desenvolvidos. O PIB real das economias avançadas cresceu 0,6% em 2008.

¹ Artigo escrito em julho e agosto de 2009. Dados atualizados em novembro do mesmo ano.

² Professor de Economia do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - Universidade Estadual Paulista.

O FMI estima que essas economias sofram uma contração de -3,4%, em 2009. Elas apresentaram uma redução de -2,1% na formação bruta de capital fixo, em 2008, e a queda prevista para o corrente ano é de -12,4%. O consumo também está se retraindo (-0,2% em 2008 e estima-se para 2009, -0,9%). A Europa Central e Oriental e a Comunidade de Estados Independentes também têm sofrido forte impacto da crise, estima-se uma retração do PIB, em 2009, de -5,0% e -6,7% respectivamente. A América Latina depois de desacelerar seu crescimento em 2008, deverá apresentar um retrocesso de -2,5% em 2009. A crise manifesta-se de forma amena nas economias em desenvolvimento da Ásia, que cresceram 7,6% em 2008. Prevê-se um crescimento do PIB da ordem 6,0% para 2009 (FMI, 2009, p. 195-193). O desemprego subiu em quase todas as regiões, saltou nos EUA de 6,2% da PEA para 9,8% entre setembro de 2008 e de 2009, sendo que no início da crise essa taxa era de 4,5%. Na União Européia (UE), o desemprego passou de 7,1% para 9,2% da PEA no mesmo período, perfazendo um total de 22,1 milhões de desempregados. O número de pobres na UE atingiu 80 milhões de pessoas, 16% da população total (CLASSE..., 2009). Considerável volume de capital fictício foi desvalorizado, estima-se que cerca de 30 trilhões de dólares na forma de títulos e ações foram queimados entre o início da crise e começo de 2009 (DOWBOR, 2009).

A crise também abalou o neoliberalismo, que já vinha sofrendo um processo de declínio. Ficou evidenciada a incapacidade dos mercados auto-regular de forma eficiente a economia, solapando um dos pilares centrais da ideologia neoliberal. Muitos governos defensores de políticas neoliberais de maneira súbita abandonaram seus ideais e estatizaram parcialmente seus sistemas financeiros, adotaram medidas protecionistas e começaram a discutir a regulamentação dos mercados financeiros globais. Passaram a considerar a regulamentação do capital e as políticas keynesianas a salvação do capitalismo.

A crise também evidenciou a fragilidade das instituições multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial. Essas instituições ativas e intransigentes na sua ortodoxia quando se trata de disciplinar as economias periféricas e defender os interesses do capital, impondo duras políticas recessivas baseadas, sobretudo, em austeridade monetária e fiscal, com adoção de elevadas taxas de juros e estabilidade do câmbio, estão agora paralisadas e sem disposição ou condições de uma ação efetiva. O discurso

mudou, passaram a recomendar políticas monetárias frouxas e expansão do gasto público. A preocupação com o endividamento público elevado, a inflação e os desequilíbrios externos parece ter ficado em segundo plano. Essa situação e a importância das políticas e dos planos dos governos dos países desenvolvidos no combate a crise denotam a centralidade dos Estados nacionais no capitalismo globalizado.

Entretanto, a partir do início do segundo semestre de 2009, esse quadro rapidamente alterou-se e várias economias passaram a apresentar nítidos sinais de recuperação. A grande imprensa e inúmeros analistas já saúdam o fim da crise. No segundo trimestre de 2009, o PIB chinês cresceu a uma taxa anualizada 7,9% e no trimestre seguinte 8,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O PIB dos EUA cresceu 1% no segundo trimestre, contra uma queda de 6,4% no trimestre anterior. No terceiro trimestre, cresceu 3,5%, superando as expectativas. O desempenho das principais economias do mundo melhorou no terceiro trimestre de 2009, a Alemanha e a França cresceram 0,3% e o Japão 0,6%. Os preços das commodities também se recuperaram, o que pode estar vinculado a retomada dos movimentos especulativos. Observa-se também uma tendência de valorização das ações nas bolsas mais importantes do mundo. Índícios de formação de novas bolhas especulativas e da permanência da dinâmica de expansão baseada em processos de valorização fictícia do capital que têm caracterizado o capitalismo global nas últimas duas décadas (FOLHA DE S. PAULO, 2009 ; BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, 2009, p. 2).

Embora os indícios de recuperação pareçam consistentes, talvez seja cedo para afirmar que a recuperação em curso implique em taxas consistentes de crescimento já em 2010, pois o desemprego continua elevado, a taxa de investimento baixa, o endividamento das famílias bastante alto nas economias mais desenvolvidas. O cada vez mais elevado endividamento público pode limitar ou diminuir o fôlego das políticas de combate a crise, elemento essencial da recuperação. Não está claro se o bom desempenho das economias em desenvolvimento terá condições de sustentar uma recuperação da economia global. Porém, a inesperada evolução recente da economia mundial, que contrariou a maioria das análises, que apontavam para uma crise mais longa e profunda, torna uma avaliação definitiva difícil. Sem dúvida, podemos afirmar que os efeitos da crise e seu alcance serão bastante heterogêneos. Países como os EUA e o Japão,

continuaram a enfrentar grandes dificuldades. Outros apresentarão leve contração ou apenas redução no ritmo de crescimento. Cabe indagar sobre os fatores que determinaram o aparente estancamento da crise e o início de recuperação da atividade econômica.

A ampla ação dos governos dos países desenvolvidos no combate a crise, sob a liderança dos EUA, parece ter evitado o colapso do sistema financeiro e do padrão monetário mundiais e, por conseguinte, da produção e do emprego. Para tanto injetaram trilhões de dólares na economia para evitar o estrangulamento da liquidez. Também lançaram amplos programas anticíclicos baseados no incremento do gasto público em obras em infraestrutura e elevação dos gastos sociais. Algumas estimativas indicam que cerca de 11 trilhões de dólares foram despendidos do início da crise até março de 2009 com resgates de bancos, planos de investimentos, estímulos fiscais, estímulos ao consumo, etc. pelas principais economias do mundo. De modo geral, as políticas econômicas basearam-se em aumentos dos gastos públicos, redução dos juros, ampliação do crédito, incentivos ao consumo e planos de investimentos. O plano norte-americano, anunciado ainda no governo Bush, prevê dispêndios da ordem de 860 bilhões em estímulos para a economia e socorro aos bancos. Para União Européia estimam-se gastos da ordem de 260 bilhões de dólares no enfrentamento da crise. A China também está implementando um programa de incentivo ao consumo e aos investimentos, especialmente em infraestrutura, orçado em 585 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma discussão sobre a regulamentação dos mercados financeiros globais. Tudo indica que a recuperação está baseada nessa abrangente ação estatal anticíclica, que se generalizou após a deterioração da crise no segundo semestre de 2008. (BLACKBURN 2008; BORÇA JR.; TORRES FILHO 2008; FOLHA DE S. PAULO, 2009; VEJA, 2009)

A pesar da irritação e das críticas dos neoliberais mais radicais, os planos de investimentos, o socorro estatal ao sistema financeiro e a regulação da economia pelo Estado em nada ferem os objetivos e os interesses do capital, como é sabido pelo menos desde Keynes, pois visam justamente sustentar a valorização do capital, só que em outras bases a partir da reestruturação do sistema. Cabe observar também a superficialidade das discussões sobre a regulamentação do capital financeiro. Até o momento, não se concretizaram em medidas efetivas de regulamentação dos mercados.

Todavia, não há motivos para crer que a tendência do capitalismo se reestruturar a cada crise, com o fito de resolver momentaneamente suas contradições para recolocá-las mais adiante, não esteja atuante, embora não seja ainda possível prever a nova configuração do capitalismo que sairá da atual crise.

Não obstante a queima de montante significativo de capital fictício pela desvalorização de ações e títulos em todos os mercados mundiais, não é possível afirmar que as condições de valorização do capital foram recompostas. De um lado, o socorro estatal dificulta a liquidação do excesso de capital fictício, que consiste em uma das causas centrais da própria crise. A alternativa que se coloca é a sustentação desse capital supérfluo por meio da formação de novas bolhas especulativas ou a sua absorção lenta. Esta última saída poderá prolongar a crise ou, mais provavelmente, abrir, em particular para as economias desenvolvidas, um período de baixo crescimento. De outro, se esse capital fictício tivesse sido rapidamente liquidado poderia ter aberto uma grave crise econômica e social, que poderia ser acompanhada pelo acirramento das lutas de classe e a possibilidade de transformações profundas na ordem social.

A compreensão da crise atual não pode limitar-se a essas questões até aqui abordadas. Suas determinações mais profundas requerem discutir a crônica sobreacumulação de capital em escala global, que se arrasta, segundo Brenner (2003) e Chesnais (1996), desde a década de 1970 e cuja maior expressão foi o lento crescimento da economia mundial entre 1974 e 2003, marcado pela tendência ao desenvolvimento desigual. O principal desdobramento desse processo foi a dominância do capital financeiro.

1 A DOMINÂNCIA DO CAPITAL FINANCEIRO E O REDESENHO ESPACIAL DO CAPITALISMO

A crise estrutural iniciada em 1974, cujas determinações principais foram a queda da lucratividade e a conseqüente superprodução e o desmoronamento do sistema monetário internacional estabelecido nos acordos de Breton Woods, desencadeou processos que reestruturaram o capitalismo. Esses processos foram, em parte, desencadeados a partir da política de Reagan de reafirmar a hegemonia norte-americana então ameaçada pela crise do dólar, pela derrota no Vietnã, pela decadência do

setor produtivo dos EUA, pelo avanço dos movimentos de esquerda na periferia e pelo clima de contestação social. O projeto de Reagan, sustentado sobretudo pela burguesia financeira e sob a égide do neoliberalismo, baseou-se fundamentalmente na desregulamentação dos mercados financeiros, na majoração acentuada da taxa de juros, na redução do papel do Estado na economia, no endurecimento em relação as reivindicações da classe trabalhadora e no aprofundamento da guerra fria. Suas políticas abririam uma fase de reestruturação no capitalismo e recomporiam, pelo menos nas décadas seguintes, a hegemonia norte-americana, especialmente depois da crise da URSS. Mas o preço em longo prazo dessa estratégia foi o enfraquecimento estrutural da economia dos EUA, cujos efeitos se manifestariam em acentuados desequilíbrios internos e externos, apesar desse país ter mantido a liderança nas finanças globalizadas, em vários ramos dos serviços e em setores de alta tecnologia (BRENNER, 2003; CHENAIS, 1996; FIORI, 2004; VELASCO; CRUZ, 2007).

A reestruturação do capitalismo nos países desenvolvidos, sob o comando de governos neoliberais, concentrou-se na tentativa de desmontar o Estado de Bem-Estar Social e na desregulamentação e na abertura financeira e comercial das economias nacionais. Concomitantemente, as grandes empresas avançaram na chamada reestruturação produtiva, que introduziu, segundo Harvey (1992), um padrão de acumulação flexível, caracterizado por novas formas de organizar o processo de trabalho, pela introdução de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, pela desregulamentação do mercado de trabalho e pela precarização do emprego. Este processo desempenhou papel fundamental na fragmentação e no enfraquecimento da classe trabalhadora e, portanto, contribuiu para a recomposição da taxa de lucro, pois a compressão dos lucros decorrente dos aumentos salariais e a crescente contestação social por parte dos trabalhadores estavam asfixiando o processo de valorização do capital desde o final da década de 1960. Também foi importante para ampliar a oferta de mão-de-obra nas economias centrais a crescente entrada de imigrantes, não obstante as inúmeras restrições nesse sentido (CHESNAIS, 1996; ALVES, 2000; BASUALDO; ARCEO, 2006; SADER; SANTOS, 2009).

Os grandes oligopólios cada vez mais transnacionais também buscaram novos espaços de acumulação, onde a classe trabalhadora fosse mais disciplinada e recebesse baixa remuneração, a legislação ambiental

fosse menos restritiva e contasse com amplos subsídios. Em um contexto de acirrada concorrência, essas empresas buscaram novos espaços de acumulação. Esse processo viabilizou-se em virtude da abertura das economias nacionais periféricas, da diminuição dos preços de transportes, do desenvolvimento das comunicações e do processamento de dados, que permitiram aos grupos transnacionais coordenarem e controlar processos globais de produção espalhados por várias regiões do mundo (CHESNAIS, 1996; ALVES, 2000; BASUALDO; ARCEO, 2006).

Esse processo levou de forma seletiva, ao longo das últimas três décadas, à realocação espacial de diversos segmentos produtivos, em especial na Ásia, o que significou a incorporação de milhões de trabalhadores (muitos com alta qualificação) à economia mundial, remunerados com baixos salários. O resultado foi a reorganização da divisão internacional do trabalho e a abertura de uma nova fronteira de acumulação, que ganharia peso crescente na economia mundial e redesenharia espacialmente o capitalismo. No entanto, essas transformações, que visavam a recomposição da rentabilidade, agravaram o problema de excesso de capital em escala global (BASUALDO; ARCEO, 2006).

A reestruturação do capitalismo recompôs taxa de lucro, que subiu a partir de meados da década de 1980, depois de mais de uma década de queda, em virtude, sobretudo, da compressão dos salários.³ No entanto, a acumulação de capital nos países desenvolvidos, segundo Chesnais (1998, p. 9-18), não acompanhou, como seria de se esperar, o crescimento dos lucros, o que estaria a indicar a existência de crescentes problemas de valorização do capital no centro do capitalismo na produção⁴ e explicaria, em parte, a tendência ao baixo crescimento (CHESNAIS, 1998, p. 9). Em certa medida, isso parece ter, entre outros aspectos, ocorrido em virtude

³ Ver a respeito Brenner (2003, p.88-144)

⁴ A existência de capital supérfluo, que encontra dificuldade de valorizar-se na produção, gera um excesso de capital na forma dinheiro que busca valorizar-se no mercado financeiro a partir da especulação. Quando o capital fictício se desloca muito das condições reais de valorização mais cedo ou mais tarde esse capital tem que ser desvalorizado para recompor as próprias condições de valorização. De acordo com Chesnais (1998, p. 14) nos países que compõem a OCDE a formação bruta de capital fixo cresceu, entre 1980 e 1992, 2,3% em média por ano, enquanto que os estoques de ativos financeiros apresentaram uma majoração média anual de 6% no mesmo período.

das crescentes dificuldades dos países centrais competirem com os do Leste asiático. A lenta acumulação no centro do sistema foi o grande responsável, mas não o único fator, pela ampliação do excedente de capital na forma dinheiro, que vinha crescendo desde o final da década de 1960 e que sofreu uma majoração exponencial a partir da própria valorização fictícia nos mercados financeiros cada vez mais globalizados. A desregulamentação e a ampliação dos mercados financeiros criaram as condições para a crescente autonomia da esfera financeira em relação à produção de valor.

O resultado do predomínio do capital financeiro foi, entre outros pontos, uma crônica instabilidade da economia mundial, cuja dinâmica passou a depender, cada vez mais, da formação de bolhas especulativas. No período entre 1990 e 2007, os momentos de auge e os de retração do ciclo econômico foram determinados pela formação e pelo estouro de bolhas especulativas. Foram seis crises, quais sejam: recessão 1990-1991, México-1994, Sudeste Asiático (1997), Rússia/Brasil/Argentina (1998 - 2001), recessão 2001-2002 e crise da bolha imobiliária 2007. Cabe destacar que a instabilidade crônica da economia mundial até 2001, quando da crise da chamada nova economia expressa no estouro da bolha especulativa na Nasdaq, estava concentrada nas economias periféricas, que arcaram com severas crises econômicas e sociais, muitas vezes aprofundadas pela imposição de rígidas políticas ortodoxas pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelos governos dos países desenvolvidos. A partir desse momento a crise se deslocou para o centro do sistema. De modo geral, essas crises não ganharam dimensões catastróficas graças à rápida e abrangente ação das instituições multilaterais e dos governos dos países centrais, em particular do norte-americano, que estancou o processo de desvalorização do capital fictício e assim preservou os interesses financeiros do capital globalizado, por meio da formação de novas bolhas especulativas. Exemplo dessa dinâmica foi superação da crise da bolsa de alta tecnologia, em 2001, pela formação de uma nova bolha especulativa centrada no mercado imobiliário norte-americano, em decorrência das políticas expansivas do governo Bush, em especial as de juros baixos e crédito farto (BRENNER, 2006; CORSI, 2009).

Portanto, a questão da ação do Estado para estancar a crise não é uma novidade da crise atual. Sua especificidade na crise atual reside na dimensão dessa ação, que implicou em um salto quantitativo e qualitativo daquela ação anticíclica e regulatória da economia, que não se via desde,

pelo menos, a década de 1970. Esse padrão coloca a questão de saber se a presente crise também não será superada pela formação de uma ou várias novas bolhas especulativas. Contudo, a dinâmica da economia mundial ficou mais complexa com o aumento do peso do novo pólo de acumulação que se formou na Ásia nas últimas décadas e isto precisa ser levado em conta nessa discussão.

O redesenho espacial do capitalismo gerou um novo pólo dinâmico de acumulação na Ásia, que ainda está subordinado à dinâmica do capital financeiro hegemônico no centro do sistema, como ficou evidente na crise de 1997. Contudo, esse pólo dinâmico sustenta-se em capitalismo nacionais, o que lhe confere potencial para superar essa subordinação em um contexto de crise do centro hegemônico. Ou seja, a atual crise torna essa possibilidade em algo mais palpável.

Entretanto, seria uma simplificação creditar à formação desse pólo de acumulação na Ásia apenas as possibilidades abertas pelo novo desenho da divisão internacional do trabalho, derivado da dinâmica da acumulação do capital globalizado e da resposta que este deu a classe trabalhadora das regiões centrais na sua busca por recompor as taxas de lucro. Também devem ser levados em conta os projetos de desenvolvimento definidos por esses países. Fugiria dos limites desse artigo aprofundar esse ponto.⁵ Contudo, algumas palavras são necessárias.

Talvez com exceção da Índia, alguns países da região, apesar de suas profundas diferenças econômicas, políticas, sociais, históricas e culturais, têm levado a cabo, desde pelo menos o final da década 1960, projetos de desenvolvimento inspirados no modelo japonês, caracterizado por ampla ação estatal na economia e estratégias de crescimento voltadas para as exportações. A superexploração da força de trabalho associada ao uso tecnologias modernas e ao câmbio desvalorizado consiste em outro pilar do modelo. Este padrão de desenvolvimento abarcou inicialmente Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong e depois alcançou, com características um pouco distintas⁶, outros países da região, como Malásia, Tailândia e Indonésia (PALMA, 2004).

⁵ Entre outros, ver a respeito: Palma, (2004); Velasco e Cruz, (2007); Arrighi, (2008) e Amsden, (2009).

A experiência chinesa merece algumas considerações adicionais devido ao seu peso econômico cada vez maior na economia mundial e a fracassada tentativa de implantar o socialismo e de seguir a partir do final dos anos 1970 uma via específica de transição para o capitalismo. Este país caminha para se tornar o centro da economia regional, pois tende a deslocar o Japão dessa posição. Seu dinamismo recente está calcado em um conjunto de reformas de caráter capitalista implementadas desde a década de 1980, que reintroduziram a propriedade privada, mercantilizaram a força de trabalho e estão criando uma ampla burguesia, apesar do abrangente controle estatal da economia, em especial de alguns setores estratégicos, como o financeiro e o energético. O governo chinês também adotou programas de modernização do setor agrícola, agressiva política exportadora e atração de investimentos e tecnologia estrangeiros. A transição para o capitalismo está acarretando forte concentração da renda, superexploração da força de trabalho, acentuados desequilíbrios regionais e grave degradação ambiental.

Desde os anos 1960, a estratégia de desenvolvimento calcada nas exportações seguida pelos países do Leste asiático vinha garantindo um elevado crescimento econômico em um contexto internacional no qual os países desenvolvidos estavam cada vez mais necessitados de manufaturas baratas, necessários para a redução de seus custos e da inflação. Essa tendência intensificou-se ainda mais na nova fase do capitalismo, iniciada na década de 1980, que abriu espaços para absorção em massa de produtos manufaturados produzidos pela periferia pelo centro do sistema, o que favoreceu os países asiáticos, que tinham adotado estratégias baseadas nas exportações. Enquanto isso, as demais regiões periféricas enfrentaram uma situação de baixo crescimento, severo endividamento externo, crises infacionárias, crises sociais e crescente instabilidade e vulnerabilidade externa (ARCEO, 2006)⁷.

⁶ O desenvolvimento desses países está marcado pela grande presença das grandes empresas japonesas, que buscavam nesses países mão-de-obra barata e menor controle ambiental. Depois se seguiram empresas coreanas, norte-americanas e européias. Este processo de expansão criou um espaço econômico regional que gravitava em torno do Japão (ARECEO, 2006).

⁷ A mundialização do capital colocou, por exemplo, em cheque o desenvolvimentismo na América Latina, que tinha optado, nas condições da grande Depressão dos anos 1930 e da II Guerra Mundial, por uma estratégia de desenvolvimento voltado para o mercado interno, baseada na substituição de importações. Todavia, o modelo desenvolvimentista começou a ruir na América Latina mesmo antes das profundas transformações vividas

Apesar do dinamismo adquirido pelas economias asiáticas, o centro do capitalismo continua sendo a economia norte-americana, não só pelo seu peso econômico e financeiro e pelo papel do dólar como moeda chave do sistema monetário internacional, mas também pelos efeitos dinâmicos de seus desequilíbrios. Seus graves desequilíbrios, particularmente nas contas externas, potenciam tanto a expansão quanto a retração da economia mundial. Os EUA continuam na liderança de setores tecnologicamente avançados, como engenharia genética, tecnologia espacial e aeronáutica, telecomunicações, etc., setores que ficaram conhecidos nos anos de 1990 como a nova economia (BRENNER, 2006). Contudo, este setor não mostrou suficiente peso e dinamismo para soerguer o conjunto da economia norte-americana e para ser à base de sustentação de sua hegemonia, que parecer carecer de uma base econômica mais sólida.

Os EUA conseguem sustentar crescentes déficits nas contas de transações correntes em razão da pujança de seu sistema financeiro

pelo capitalismo a partir dos de 1980. Não só em virtude do baixo desempenho econômico e da incapacidade de completar o processo de industrialização e do agravamento das condições sociais, mas também, sobretudo, devido à ascensão das lutas sociais que marcaram esse período. As classes dominantes, temerosas em relação a esses avanços e ao desfecho que a luta de classes poderia ter, unificaram-se e buscaram implementar uma nova disciplina através do mercado. Esse foi o caso do Chile, que, após a derrubada de Allende do poder, adotou a partir de 1973 uma política liberal que levou a desindustrialização e ao enfraquecimento da classe trabalhadora. A Argentina seguiria o mesmo caminho a partir da implantação da ditadura militar em 1976. Em outros países da região a adoção da estratégia neoliberal foi mais paulatina e se deu sob a pressão de processos hiperinflacionários, de profunda crise econômica, de grave crise fiscal e da crise das dívidas externas. A estatização das dívidas externas contribuiu fortemente para a deterioração da situação fiscal e para o incremento da inflação, enfraquecendo o Estado. A fuga de capitais e a deterioração dos termos de intercâmbio, ausentes na Ásia, pelo menos com a mesma intensidade, foi outro elemento que enfraqueceu a posição dos países latino-americanos. Também foi essencial a contínua pressão dos organismos multilaterais de crédito. Esses processos, em particular o crescente desemprego decorrente a crise econômica, debilitaram a capacidade de resistência da classe trabalhadora. Não por acaso o Brasil, que viveu forte acessão dos movimentos sociais na década de 1980, abraçou a estratégia neoliberal mais tardiamente. Sem dúvida que a adoção dessa estratégia implicou em uma reacomodação dos setores das classes dominantes, com o fortalecimento dos setores financeiros e rentistas e dos vinculados às exportações. Setores de classe fortemente articulados com o capital estrangeiro, que nunca tiveram firme solidariedade com o desenvolvimento nacional na periferia. Os setores do capital nacional mais vinculados à produção e ao mercado interno perderam terreno nesse novo contexto, embora também tenham se acomodado, pois são grandes aplicadores do mercado financeiro e aproveitaram a explosão especulativa na região a partir da adoção da políticas econômicas neoliberais na década de 1990. (BASUALDO; ARCEO, 2006; CORSI, 2009).

globalizado e de vários países superavitários, em especial os países asiáticos, estarem dispostos e em condições, ou sem alternativas, a financiá-los. Ponto fundamental para a atração de capitais necessários para fechar seus déficits reside na capacidade do sistema financeiro norte-americano de atrair capital em busca de valorização fictícia. O mercado norte-americano é o epicentro dessa forma de valorização em escala mundial.

Os países que financiam os desequilíbrios norte-americanos fazem isso devido aos seus próprios interesses de garantir o incremento de suas exportações. Mas isso implica sustentar o excesso de consumo dos norte-americanos. Agem dessa maneira também em virtude da falta de opções consistentes em manter suas reservas que não em dólares, dado não existir ainda outra moeda, ou outras moedas ou ativos, que desempenhem o papel de reserva de valor em escala mundial. Dessa maneira, contribuem, de um lado, para manter suas moedas desvalorizadas e, de outro, estabilizam a economia norte-americana, permitindo aos EUA adotar políticas expansionistas, que contribuem para impulsionar a economia norte-americana e, portanto, suas próprias economias e o conjunto da economia mundial. Este tipo de relacionamento conforma, segundo Belluzzo (2005), uma espécie de simbiose entre as economias asiáticas e a norte-americana.

O conjunto da economia mundial acaba sendo impulsionado ou retardado pelos EUA. Nas recessões, o desaquecimento da atividade econômica contribui para retrainar a economia mundial, em especial na atual situação de globalização (BELLUZZO 2005; BRENNER 2006). Hoje, o alto índice de desemprego, o elevado endividamento das famílias, a baixa taxa de investimentos, o elevado endividamento público, a fragilidade do sistema financeiro dificultam a retomada da economia norte-americana, com reflexos negativos para a economia mundial, ainda mais que o Japão e a União Européia também enfrentam situação bastante difícil. Aparentemente, o centro desenvolvido do capitalismo tenderá para uma lenta recuperação, enquanto alguns países da periferia rapidamente voltarão a crescer, o que pode estar indicado certo deslocamento desses países em relação ao núcleo desenvolvido do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A simbiose entre as economias asiáticas e a norte-americana está sob forte tensão e poderá não sobreviver à crise atual. Por outro lado, a própria crise abre novas possibilidades de reconfiguração e expansão do capitalismo, que parece contar com maior grau de liberdade, pois não enfrenta, até o momento, uma forte contestação social, como nos anos 1970. Hoje, a classe trabalhadora encontra-se fragmentada, na defensiva política e sem projeto alternativo de sociedade. Os diversos movimentos de contestação social que versejaram nas últimas décadas parecem também não ter propostas e forças capazes de superar o sistema capitalista.

Nesse contexto, um dos resultados possíveis da crise seria aprofundar a aparente tendência do deslocamento do centro do capitalismo para a Ásia, em particular para a China, que pode superar a crise redirecionando sua economia para o mercado interno (ARRIGHI, 2008). Porém, a China está, tudo indica, distante de conseguir galgar à posição hegemônica, pois não parece ter condições de firmar-se, em curto prazo, como novo centro hegemônico. Isso não depende apenas da força de gravitação da economia, mas passa também pela liderança tecnológica, financeira, política, ideológica, cultural e militar. Questões que a China (ou qualquer outro país da região) está longe de responder. Não por acaso, o modelo chinês não entusiasma as massas oprimidas do mundo e nem responde a crise ecológica, um dos problemas nevrálgicos para a humanidade. O modelo chinês caracteriza-se, entre outros aspectos, por uma industrialização destrutiva do meio ambiente, pela concentração da renda e pela intensa exploração dos trabalhadores.

A relativa decadência dos EUA pode abrir a possibilidade do capitalismo evoluir, como aponta Harvey (2009), para um mundo multipolar. Entretanto, não está descartada uma reafirmação da hegemonia norte-americana, o que dependerá, entre outros aspectos, das respostas dadas a crise, das políticas de transformação da base energética, da capacidade da chamada nova economia liderar a reestruturação do conjunto da economia norte-americana. Também dependerá da recomposição do sistema financeiro norte-americano como centro da valorização fictícia de capital, o que reafirmaria a dominância do capital financeiro e a dinâmica da acumulação baseada em bolas especulativas.

Essas possibilidades não parecem indicar a melhora substantiva dos padrões de vida das populações pobres do mundo, a inserção dinâmica das economias periféricas na economia mundial, o enfrentamento abrangente da crise ecológica e muito menos a ruptura com o capitalismo. No entanto, as respostas a crise e os caminhos que serão trilhados não estão previamente determinados, embora condicionados por esse conjunto de processos históricos que marcam o presente.

REFERÊNCIAS

AMSDEN, A. H. *A ascensão do “resto”*: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: UNESP, 2009.

ARCEO, E. El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina: estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares. In: BASUALDO, E.; ARCEO, E. (Org.). *Neoliberalismo y sectores dominantes*: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ARRIGHI, G. *longo século XX*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

_____. *Adam Smith em Pequim*: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. Panorama mundial. *Sinopse Internacional*, Rio de Janeiro, n.12, p. 1-3, set., 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/sinopse_intl/SI12.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2009.

BASUALDO, E.; ARCEO, E. (Org.). *Neoliberalismo y sectores dominantes*: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BELLUZZO, L. G. M. O dólar e os desequilíbrios globais. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.25, n. 3, p. 49-65, jul./set. 2005.

BLACKBURN, R. La crisis de las hipotecas subprime. *New Left Review*, Madrid, n. 50, (Ed. em língua Espanhola), mai./jun. 2008.

BORÇA JR., G. R.; TORRES FILHO, E. T., Analisando a crise subprime. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro: BNDS, n. 30, dez. 2008.

BRENNER, R. O princípio de uma crise devastadora. 2008. Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Acesso em: 13 nov. 2009.

_____. Novo boom ou nova bolha? a trajetória da economia norte-americana. In: SADER, E. (Org.). *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006.

BRENNER, R. *O Boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHESNAIS, F. Até onde irá a crise financeira. *Le Monde Diplomatique*, 2007. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em: 13 nov. 2007.

_____. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais. *Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 7-32, 1998.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CLASSE média europeia fica mais pobre. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 out. 2009. Folha Dinheiro, Caderno B6.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Balance preliminar de las economías de América latina y Caribe*. Santiago, 2008. Disponível em: <www.eclac.cl/estadisticas/>. Acesso em: 20 dez. 2008.

CORSI, F. L. A crise estrutural e reconfiguração do capitalismo global. In: ALVES, G. ; FIGARI, C.(Org.). *La precarización del trabajo em América Latina*. Perspectivas del capitalismo global. Londrina: Práxis; Canal 6, 2009.

_____. Capitalismo global: crise, bolhas especulativas e periferia. In: TUMOLO, P. S.; BATISTA, R.. L. (Org.). *Trabalho, economia e educação*. perspectivas do capitalismo global. Londrina, Práxis; Massoni, 2008.

_____. Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: ALAVES, G.; BATISTA, R. L (Org.). *Trabalho e educação*. contradição do capitalismo global. Maringá: Praxis, 2006.

DOWBOR, L. A crise financeira sem mistérios. *Le Monde Diplomatique*, 2009 . Disponível em: <www.diplo.uol.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2009.

FIORI, J. L., O mito do colapso americano. *Valor Econômico*, 08 out. 2008, p. A17.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 04 ago. 2009. Folha Dinheiro. Caderno B1, 2, 3.

FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 18 jan. 2009. Folha Dinheiro.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2007-2009. *Perspectivas de la economía mundial*. Disponível em: <www.imf.org/external/spanish/ft/tweo/2009/02/pdf/texts.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2009.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. Resgatar o capitalismo dos capitalistas e de sua ideologia falsária. *Agência Carta Maior*, 2009. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 19 fev. 2009.

LEIVA, O. C. Estados Unidos y China: locomotoras en la recuperación y las crisis cíclicas de la economía mundial. In: REYNO, J. E., (Org.). *La economía mundial y América Latina*. tendencias, problemas e desafíos. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MEDEIROS, C. A. A china como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista de Economia Política*, São Paulo v. 2, n. 3, jul./set. 2006.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SADER, E.; SANTOS, T. *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.

VEJA. Economia. São Paulo: Abril Cultural, n. 2104, 18 mar. 2009.

VELASCO E CRUZ, S. C. *Trajatórias*: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: UNESP, 2007.